

# PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2013

Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

## TÍTULO I Das Disposições Preliminares

### CAPÍTULO I Do Objetivo

**Art. 1º** Esta Lei estabelece regras para a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, nacionais e importados, em todo o território nacional.

### CAPÍTULO II Da Classificação

**Art. 2º** Os fogos de artifício são classificados segundo o critério abaixo:

#### I – Classe A:

*a)* fogos de vista, sem estampido, de nome genérico “centelhador de vara”, “centelhador de tubo”, fumígeno ou quaisquer outros artigos equiparáveis, com até cinco gramas de carga de efeito por peça;

*b)* fogos de estampido, desde que não contenham mais de vinte centigramas de pólvora branca, por peça;

#### II – Classe B:



SF/13675.94434-96

a) fogos de solo com estampido, contendo até vinte e cinco centigramas de pólvora branca, por peça;

b) foguetes, rojões de vara, também denominados “cometinha”, “apito de vara”, e demais artigos equiparáveis, sem estampido, com até quinze gramas de carga de efeito;

c) fogos genericamente designados como fonte, “giratório aéreo”, “giratório de solo”, “bola crepitante” e outros artigos equiparáveis, com até vinte gramas de carga de efeito por peça;

### III – Classe C:

a) fogos de solo com estampido, contendo até dois gramas de pólvora branca por peça;

b) foguetes, rojões de vara e outros artigos equiparáveis, com diâmetro de até 25,4 (vinte e cinco vírgula quatro) milímetros;

c) fogos genericamente designados como fonte, “giratório aéreo”, “giratório de solo”, “bola crepitante” e outros artigos equiparáveis, com até cem gramas de carga de efeito;

### IV – Classe D:

a) fogos de solo com estampido, contendo entre dois e quatro gramas de pólvora branca por peça;

b) foguetes com diâmetro de até 101,6 (cento e um vírgula seis) milímetros, contendo até vinte e cinco gramas de pólvora branca por peça;

c) rojões de vara e outros artigos equiparáveis, com diâmetro de até quarenta milímetros, contendo até quarenta gramas de pólvora branca por peça;

d) bombas aéreas e morteiros, com diâmetro nominal menor ou igual a 101,6 (cento e um vírgula seis) milímetros;

e) fontes com massa de composição pirotécnica de até um quilograma;



f) conjuntos de múltiplos tubos, tais como girândolas, *cakes*, *kits*, tortas e outros, para calibres menores ou iguais a 50,8 (cinquenta vírgula oito) milímetros;

g) baterias de solo com estampido, contendo não mais de oito gramas de pólvora branca por peça;

h) candelas sem estampido com diâmetro de até cinquenta milímetros e massa pirotécnica total de até quarenta e cinco gramas de carga de efeito;

V – Classe E:

a) fogos de solo com estampido, contendo entre quatro e seis gramas de pólvora branca por peça;

b) foguetes com diâmetro superior a 50,8 (cinquenta vírgula oito) milímetros, contendo mais de vinte gramas de pólvora branca por peça;

c) rojões de vara e outros artigos equiparáveis, com diâmetro superior a quarenta milímetros, ou contendo mais de quarenta gramas de pólvora branca por peça;

d) candelas com diâmetro superior a cinquenta milímetros e massa pirotécnica total superior a quarenta e cinco gramas;

e) fontes denominadas vulcões, *sputinik* e similares, com massa de composição pirotécnica superior a um quilograma;

f) bombas aéreas e morteiros, com diâmetro nominal superior a 101,6 (cento e um vírgula seis) milímetros;

g) centelhador de tubo do tipo cascata;

h) fogos para uso em recinto fechado, denominados fogos *indoor*;

i) conjuntos de múltiplos tubos, tais como girândolas, *cakes*, *kits*, tortas e outros, para calibres superiores a 101,6 (cento e um vírgula seis) milímetros;



j) demais fogos de artifício, não discriminados nos incisos I a IV.

## TÍTULO II Da Fabricação, do Comércio e da Queima

### CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

**Art. 3º** São proibidos a fabricação, o comércio e a queima de balões pirotécnicos e de todos os fogos de artifício em cuja composição tenham sido empregados altos explosivos.

§ 1º Os altos explosivos são classificados em:

I – primários ou iniciadores: são aqueles usados para provocar a transformação de outros explosivos;

II – secundários ou de ruptura: são aqueles destinados à realização de um trabalho de destruição pela ação da força viva dos gases produzidos em sua transformação.

§ 2º Os altos explosivos primários ou iniciadores são materiais muito sensíveis que podem explodir sob a ação do fogo ou pelo impacto de um golpe.

### CAPÍTULO II Da Fabricação

**Art. 4º** A instalação de fábricas de fogos de artifício só é permitida em zona rural, observadas as disposições do regulamento específico emitido pelo órgão competente.

*Parágrafo único.* O funcionamento das fábricas de fogos de artifício só é permitido mediante responsabilidade técnica de profissional diplomado em Engenharia Química ou Química Industrial, devidamente registrado no respectivo conselho regional de classe.

### CAPÍTULO III Do Comércio

## SEÇÃO I

### Das Disposições Gerais

**Art. 5º** São proibidas a exposição e a venda, a varejo ou por atacado, de fogos de artifício não certificados pelo órgão competente.

**Art. 6º** É proibida a venda de fogos de artifício fora do estabelecimento credenciado pelo órgão competente.

## SEÇÃO II

### Dos Fogos de Artifício de Uso Restrito

**Art. 7º** Os fogos incluídos na classe E são de uso restrito, admitidos o seu comércio e a sua utilização somente para a realização de espetáculos pirotécnicos.

§ 1º A venda dos fogos referidos no *caput* deste artigo somente é permitida a pessoas naturais ou pessoas jurídicas autorizadas pelo órgão competente para a montagem e a execução de espetáculos de pirotecnia.

§ 2º Os estabelecimentos que comercializam os fogos mencionados no *caput* devem estar situados em conformidade com o regulamento específico do órgão competente.

## SEÇÃO III

### Dos Fogos de Artifício de Uso Permitido

**Art. 8º** Os fogos incluídos na classe A, B, C ou D são de uso permitido, sendo proibida a venda de fogos:

- I – da classe A, a menor de doze anos;
- II – da classe B, a menor de dezesseis anos;
- III – das classes C e D, a menor de dezoito anos;

*Parágrafo único.* Para fins de comprovação das idades mínimas exigidas nos incisos II e III do *caput* deste artigo, o comprador deve apresentar documento de identificação civil, válido em todo o território nacional.



**Art. 9º** Os fogos incluídos na classe A, B, C ou D podem ser vendidos em estabelecimentos que ofereçam artigos de natureza não explosiva, desde que os fogos estejam em seção exclusiva e de acordo com o regulamento específico do órgão competente.

#### SEÇÃO IV Do Cadastramento

**Art. 10.** A pessoa jurídica que comercializa os fogos de artifício de uso restrito manterá cadastro dos compradores desses artefatos.

*Parágrafo único.* As informações armazenadas no cadastro de que trata o *caput* deste artigo deverão ficar à disposição do órgão competente de fiscalização por um prazo mínimo de cinco anos contados a partir da data de venda.

#### SEÇÃO V Da Embalagem

**Art. 11.** Somente podem ser expostos à venda e comercializados fogos de artifício devidamente acondicionados em sua embalagem original de fábrica, com rótulos explicativos em língua portuguesa, de que constem, no mínimo:

- I – as informações adequadas e claras sobre o seu manuseio correto;
- II – a denominação usual, a classificação, a distância segura do público ou de usuários, o responsável técnico e a procedência;
- III – a advertência escrita quanto aos riscos inerentes a eventual manipulação indevida;
- IV – o peso e o número de unidades nela contidas.

#### SEÇÃO VI Da Apostila

**Art. 12.** Todos os fogos de artifício, nacionais ou importados, devem estar avaliados e apostilados no órgão competente, em consonância com o respectivo regulamento específico.

## SEÇÃO VII

### Das Áreas de Segurança, das Áreas de Proteção e das Áreas de Risco

**Art. 13.** Os locais destinados ao comércio, armazenamento e preparação de fogos de artifício para montagem de espetáculos pirotécnicos devem estar, conforme especificado nos arts. 15 a 18 e 23, distantes das seguintes áreas:

I – de segurança: sede de governo nas esferas federal, estadual e municipal;

II – de proteção:

a) hospitais;

b) quaisquer estabelecimentos de ensino;

c) estádios;

d) terminais ferroviário, rodoviário, metroviário e aeroviário.

III – de risco:

a) depósitos de combustíveis e inflamáveis;

b) tubulações de combustíveis e inflamáveis, exceto as subterrâneas.

## SEÇÃO VIII

### Das Distâncias Mínimas

**Art. 14.** Todo estabelecimento que comercializa fogos de artifício deve estar situado a uma distância mínima de trezentos metros de fábricas de explosivos e de fogos de artifício.



**Art. 15.** Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício da classe A, cujo volume máximo de armazenamento é de dois metros cúbicos, devem estar situados a uma distância mínima de vinte metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco previstas no art. 13.

*Parágrafo único.* O comércio pode ser realizado em qualquer tipo de estabelecimento, inclusive em barracas metálicas e bancas de revistas e de jornais.

**Art. 16.** Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício da classe A ou B, cujo volume máximo de armazenamento é de três metros cúbicos, devem estar situados a uma distância mínima de quarenta metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco determinadas no art. 13.

*Parágrafo único.* Esse tipo de comércio pode ser realizado em imóveis de alvenaria e barracas metálicas, inclusive as situadas em áreas externas de mercados, supermercados, hipermercados e centros comerciais.

**Art. 17.** Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício da classe A, B, C ou D, cujo volume máximo de armazenamento é de quinze metros cúbicos, devem estar situados a uma distância mínima de setenta metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco definidas no art. 13.

**Art. 18.** Os estabelecimentos que comercializam fogos de artifício da classe A, B, C, D ou E, cujo volume máximo de armazenamento é de trinta metros cúbicos, devem estar situados a uma distância mínima de duzentos e cinquenta metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco estabelecidas no art. 13.

## CAPÍTULO IV

### Da Queima

#### SEÇÃO I

#### Dos Locais Proibidos

**Art. 19.** É proibida a queima de fogos de artifício:

I – nas portas, janelas, terraços e outros locais que permitam visualizar, alcançar e atingir a via pública;





II – nos arredores dos hospitais, unidades de saúde, estabelecimentos de ensino e postos de combustíveis ou inflamáveis.

*Parágrafo único.* A distância segura de público ou usuários deve:

I – ser proporcional à classificação quanto ao grau de perigo dos fogos de artifício utilizados;

II – estar grafada na embalagem do produto;

III – respeitar as condições estipuladas pelo órgão competente de fiscalização.

## SEÇÃO II

### Das Restrições

**Art. 20.** Os fogos incluídos na classe E somente podem ser queimados com licença prévia da autoridade competente, com horário e local previamente definidos.

§ 1º Os espetáculos pirotécnicos somente podem ser realizados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas autorizadas pelo órgão competente.

§ 2º Em qualquer tipo de evento, os fogos referidos no *caput* só podem ser acionados por profissional portador de Carteira de Bláster Pirotécnico que o habilite para montagem e execução de espetáculos de pirotecnia.

## SEÇÃO III

### Dos Fogos *Outdoor* e *Indoor*

**Art. 21.** É vedado o uso de fogos de artifício e similares, projetados para ambientes abertos, denominados fogos *outdoor*, em boates, casas de espetáculos e quaisquer outros recintos coletivos fechados.

**Art. 22.** Somente é permitido em recintos fechados o uso de fogos de artifício específicos para esse tipo de ambiente, denominados fogos *indoor*, do tipo *cold fire*, *gerbs*, *air burst* e outros, assim homologados pelo órgão competente, mediante liberação e emissão do respectivo auto de vistoria pelo órgão competente.

#### SEÇÃO IV

##### Dos Espetáculos Pirotécnicos

**Art. 23.** Os locais destinados ao preparo de fogos de artifício para montagem de espetáculos pirotécnicos ou ao comércio de fogos de artifício, com volume superior ao previsto no art. 18 e peso líquido de explosivos inferior a duas toneladas, devem estar situados a uma distância mínima de quatrocentos metros das áreas de segurança, de proteção ou de risco fixadas no art. 13 e a uma distância mínima de setenta metros de quaisquer tipos de edificações.

§ 1º Nos locais referidos no *caput* deste artigo, é permitida a venda de fogos de artifício de todas as classes e o armazenamento em depósitos tipo containers.

§ 2º Somente é permitido o manuseio de fogos de artifício fora das embalagens originais de fábrica nas áreas reservadas ao preparo desses artefatos para execução de espetáculos pirotécnicos.

§ 3º A Carteira de Bláster Pirotécnico emitida por órgão competente tem validade em todo o território nacional.

#### TÍTULO III

##### Da Segurança

**Art. 24.** Para assegurar o fiel cumprimento das normas básicas de segurança reguladas por esta Lei, é proibido, dentro dos estabelecimentos comerciais:

I – montar ou desmontar, por quaisquer meios, fogos de artifício e artefatos pirotécnicos, exceto nos locais destinados ao preparo de fogos de artifício para execução de espetáculos pirotécnicos;

II – comercializar produtos por unidade, fora das embalagens originais de fábrica;

III – fumar ou permitir que se fume no interior dos estabelecimentos, vedada a presença de cinzeiros, e sendo obrigatória a afixação de placas alusivas a essa restrição, em consonância com o regulamento específico do órgão competente;



IV – permitir a presença de pessoas não autorizadas nas áreas restritas de armazenamento e preparo de fogos de artifício para execução de espetáculos pirotécnicos;

V – armazenar, vender ou usar fogos de artifício que possuam em sua composição produtos químicos proibidos pelo órgão competente;

VI – comercializar balões pirotécnicos e similares.

## TÍTULO IV

### Das Infrações e das Sanções Administrativas

## CAPÍTULO I

### Das Infrações

**Art. 25.** Considera-se infração administrativa a violação de qualquer dos deveres impostos por esta Lei.

**Art. 26.** Consideram-se circunstâncias atenuantes:

I – o baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;

II – a ação do infrator não ter sido fundamental para a ocorrência da infração;

III – o infrator não ter cometido outra violação a dispositivo desta Lei nos últimos dois anos;

IV – a adoção espontânea e imediata, pelo infrator, das providências pertinentes para minimizar ou reparar os efeitos do ato lesivo;

V – comunicação prévia pelo infrator sobre o perigo iminente da segurança da população ou das construções circunvizinhas;

VI – colaboração com o órgão competente.

**Art. 27.** Consideram-se circunstâncias agravantes:

I – o infrator ser reincidente, nos termos do art. 30;



II – o infrator, comprovadamente, haver cometido a infração para obter vantagens indevidas;

III – a infração causar danos à segurança da população ou das construções circunvizinhas;

IV – o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, deixar de tomar as providências para evitar ou mitigar seus prejuízos;

V – o infrator haver agido com dolo;

VI – a infração ocasionar dano coletivo ou ter caráter repetitivo;

VII – a infração haver ocorrido em detrimento de menor de dezoito ou maior de sessenta anos ou de pessoa com deficiência física, visual, mental ou sensorial, interditadas ou não;

VIII – a dissimulação da natureza ilícita da atividade.

## CAPÍTULO II

### Das Sanções Administrativas

### SEÇÃO I

#### Das Modalidades

**Art. 28.** Sem prejuízo de outras cominações legais, as infrações a esta Lei devem ser apuradas em processo administrativo e estão sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas:

I – advertência;

II – multa;

III – suspensão temporária de atividade;

IV – cassação da autorização para o exercício da atividade.



*Parágrafo único.* As sanções administrativas devem ser estendidas àqueles que, de qualquer forma, participarem ou concorrerem para a sua prática, em conformidade com a natureza da infração e de suas circunstâncias.

## SEÇÃO II Da Gradação

**Art. 29.** Para a imposição da sanção administrativa e sua gradação, o órgão competente deve observar:

I – a gravidade da infração, considerando os seus motivos e as suas consequências para a segurança da população ou das construções circunvizinhas;

II – as circunstâncias atenuantes e agravantes;

III – os antecedentes do infrator.

**Art. 30.** Para efeitos desta Lei, entende-se por reincidência a repetição de idêntica infração, de qualquer natureza, às disposições desta Lei.

## SEÇÃO III Da Multa

**Art. 31.** A multa referida no art. 28 deve ser graduada de acordo com:

I – a gravidade da infração;

II – o acúmulo de infrações simultâneas;

III – a reincidência no período de dois anos;

IV – a extensão do dano causado para a segurança da população ou das construções circunvizinhas;

V – a condição econômica do infrator.

*Parágrafo único.* A multa pode ser aplicada, isolada ou cumulativamente, com outras sanções administrativas, exceto com a de advertência.

**Art. 32.** Os valores das multas deverão ser fixados de forma motivada, com os seguintes limites:

I – no mínimo, R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e, no máximo, R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), para as pessoas naturais;

II – no mínimo, R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e, no máximo, R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), para as pessoas jurídicas.

*Parágrafo único.* Na hipótese de reincidência, os valores mínimos e máximos serão calculados em dobro.

#### SEÇÃO IV Da Competência

**Art. 33.** A aplicação das sanções previstas nesta Lei compete ao órgão responsável por fiscalizar o cumprimento da atividade em que ocorreu irregularidade.

#### TÍTULO V Do Transporte e do Tráfego

**Art. 34.** O transporte e o tráfego de fogos de artifício devem observar exclusivamente às exigências determinadas pelo órgão competente.

#### TÍTULO VI Das Disposições Finais

**Art. 35.** Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

**Art. 36.** Revoga-se o Decreto-Lei nº 4.238, de 8 de abril de 1942.

### JUSTIFICAÇÃO

Em nosso País, os fogos de artifício são largamente utilizados em diversas ocasiões: competições esportivas de diferentes modalidades, inclusive jogos de futebol, e outras festividades de diversas naturezas. Aqui, o *show* mais bonito e famoso, indubitavelmente, é a queima de fogos da virada de ano na Praia de Copacabana.

Desafortunadamente, essas celebrações, não raras vezes, têm redundado em acidentes, sendo ilustrativo o verificado no *Réveillon* de 2001, que resultou em um óbito e em cerca de oitenta pessoas feridas.

A respeito dos acidentes com fogos de artifício, a grande maioria deles ocorre em razão de vício de qualidade do artefato fabricado em desacordo com o regulamento técnico específico ou por mau uso decorrente da inobservância às instruções fornecidas pelo fabricante. As consequências mais comuns desses descuidos são as queimaduras nos dedos, braços, tórax, pescoço, rosto e mãos, podendo ocorrer lesões mais graves como mutilações e cegueira. Muitas vezes, as vítimas são crianças.

Em 2002, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) realizou a primeira pesquisa para analisar a qualidade desses artefatos. Seu propósito foi o de acompanhar e verificar se as medidas de melhoria implementadas pelo setor produtivo e pelo órgão regulamentador surtiram o resultado desejado, de modo a garantir a oferta de um produto mais seguro para o consumidor.

Com este projeto de lei, pretendemos fornecer parâmetros legais para todo o território nacional, estabelecendo normas gerais sobre a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, nacionais e importados.

De acordo com a ordem crescente de perigo potencial à incolumidade pública, dispomos esses artefatos nas classes A a E.

Quanto à fabricação desses artefatos, estipulamos que somente nas zonas rurais são permitidas as fábricas de fogos de artifício, cujas instalações devem seguir o disposto em regulamento específico do órgão competente. Além disso, para o funcionamento dessas fábricas, exigimos a responsabilidade técnica de profissional diplomado em Engenharia Química ou Química Industrial, devidamente inscrito no respectivo conselho regional de classe.

Devido ao fato de os fogos de artifício da classe E apresentarem maior perigo potencial, nós o consideramos como de uso restrito, sendo permitidos o seu comércio e a sua utilização somente para a realização de espetáculos pirotécnicos. Mais ainda, determinamos que eles somente podem ser acionados: (i) com licença prévia da autoridade competente, com horário e local previamente definidos; e (ii) por profissional portador de Carteira de Bláster Pirotécnico para montagem e execução de espetáculos de pirotecnia.

Já a venda dos fogos das classes C e D será proibida a menor de dezoito anos.

Mesmo que os fogos da classe B ou A apresentem menor perigo potencial, entendemos que eles não poderão ser vendidos a menor de dezesseis ou doze anos, respectivamente.

Proíbe-se a venda de fogos de artifício fora do estabelecimento credenciado.

O estabelecimento que vende fogos de artifício de uso restrito deverá manter cadastro dos adquirentes desses artefatos. As informações armazenadas nesse cadastro estarão à disposição do órgão competente de fiscalização e nele permanecerão durante o prazo mínimo de cinco anos, contados a partir da data de venda.

Em recintos coletivos fechados, fica proibido o uso de fogos *outdoor*.

Com o intuito de alertar o consumidor, estipulamos que o rótulo do produto conterá as informações sobre o manuseio correto e a advertência escrita quanto aos riscos inerentes a eventual manipulação indevida, além de outros dados relevantes.

Em relação ao descumprimento das disposições propostas, determinamos que, sem prejuízo das cominações legais cabíveis, o fornecedor infrator fica sujeito às seguintes sanções administrativas: (i) advertência; (ii) multa; (iii) suspensão temporária de atividade; e (iv) cassação da autorização para o exercício da atividade.





Com o objetivo de minimizar os riscos decorrentes da fabricação, do comércio e da queima de fogos de artifício, incluímos nesta proposta diversas outras providências que julgamos apropriadas.

Estipulamos a *vacatio legis* em cento e oitenta dias, contados a partir da publicação da lei que se originar da proposição, para que o mercado possa se adequar às novas disposições.

Urge, portanto, que a matéria seja disciplinada nos moldes propostos, de forma a reduzir o perigo potencial à incolumidade pública.

Por essas razões, conclamamos os ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador CYRO MIRANDA



SF/13675.94434-96

**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**DECRETO-LEI Nº 4.238, DE 8 DE ABRIL DE 1942.**

Dispõe sobre a fabricação, o comércio e o uso de artigos pirotécnicos e dá outras providências.

**O Presidente da República**, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

**Decreta:**

Art. 1º São permitidos, em todo o território nacional, a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifício, nas condições estabelecidas neste decreto-lei.

Art. 2º Os fogos a que se refere o artigo anterior são os que ficam classificados do seguinte modo:

Classe A, que incluirá:

1º os fogos de vista, sem estampido;

2º os fogos de estampido, desde que não contenham mais de 20 (vinte) centigramas de pólvora, por peça.

Classe B, que incluirá:

1º os fogos de estampido com 0,25 (vinte e cinco centigramas) de pólvora no máximo;

2º os foguetes, com ou sem flecha, de apito ou de lágrimas, sem bomba;

3º os chamados "pots-à-feu", "morteirinhos de jardim", "serpentes voadoras" e outras equiparáveis.

Classe C, que incluirá:

1º os fogos de estampido, contendo mais de 0,25 (vinte e cinco centigramas) de pólvora;

2º os foguetes, com ou sem flecha, cujas bombas contenham até 6 (seis) gramas de pólvora.

Classe D, que incluirá:

1º os fogos de estampido, com mais de 2,50 (duas gramas e cinquenta centigramas) de pólvora;

2º os foguetes, com ou sem flecha, cujas bombas contenham mais de 8 (oito) gramas de pólvora;

3º as baterias;



SF/13675.94434-96

4º os morteiros com tubos de ferro;

5º os demais fogos de artifícios.

Art. 3º As fábricas de fogos só serão permitidas nas zonas rurais, ficando suas instalações subordinadas ao estabelecido pelos regulamentos do Ministério da Guerra.

§ 1º As fábricas serão instaladas em prédio ou prédios isolados e distantes de qualquer residência, dependendo os projetos respectivos de aprovação das autoridades competentes.

§ 2º No prédio ou nos prédios a que se refere o parágrafo anterior não será permitida a venda de fogos, a varejo.

§ 3º O funcionamento das fábricas de fogos só será permitido mediante responsabilidade de profissional diplomado ou prático de competência oficializada.

Art. 4º Os fogos incluídos na classe A podem ser vendidos a quaisquer pessoas, inclusive menores, e sua queima é livre, exceto nas portas, janelas, terraços, etc., dando para a via pública.

~~Art. 5º Os fogos incluídos na classe B podem ser vendidos a quaisquer pessoas, inclusive menores, sendo sua queima proibida nos seguintes lugares:~~  
~~a) nas portas, janelas, terraços, etc., dando para a via pública e na própria pública;~~  
~~b) nas proximidades dos hospitais, estabelecimentos de ensino e outros locais determinados pelas autoridades policiais.~~

Art. 5º Os fogos incluídos na classe B não podem ser vendidos a menores de 16 (dezesseis) anos e sua queima é proibida nos seguintes locais: [\(Redação dada pela Lei nº 6.429, de 1977\)](#)

a) nas portas, janelas, terraços, etc., dando para a via pública e na própria via pública;

b) nas proximidades dos hospitais, estabelecimentos de ensino e outros ter a seguinte redação:

Art. 6º Os fogos incluídos na classe C não podem ser vendidos a menores de 18 anos e sua queima depende de licença da autoridade competente, com hora e local previamente designados, nos seguintes casos:

a) para festa pública, seja qual for o local;

b) dentro do perímetro urbano, seja qual for o objetivo.

Art. 7º Os fogos incluídos na classe D não podem ser vendidos a menores de 18 anos e, em qualquer hipótese, só podem ser queimados com licença prévia autoridade competente.

Art. 8º É proibido fabricar, comerciar e queimar balões, bem assim todos os fogos em cuja composição tenha sido empregada a dinamite ou qualquer de seus similares.

~~Art. 9º Os infratores das disposições deste decreto-lei serão punidos, a juízo das autoridades, de acordo com as disposições desta lei, com multas de 200\$0 a 2.000\$0 e do dobro na reincidência. Parágrafo único. As multas não eximem os infratores das sanções penais que couberem; em caso de acidentes pessoais e materiais.~~



Art. 9º Os infratores das disposições deste Decreto-lei estarão sujeitos a multas variáveis de Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), atualizadas monetariamente na forma da [Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975](#), as quais, na reincidência, serão aplicadas em dobro. [\(Redação dada pela Lei nº 6.429, de 1977\)](#)

Parágrafo único. As multas não eximem os infratores das sanções penais que couberem, em caso de acidentes pessoais e materiais. [\(Redação dada pela Lei nº 6.429, de 1977\)](#)

Art. 10. Nenhuma casa comercial ou particular poderá expor à venda, a varejo ou por atacado, os produtos constantes do presente decreto-lei, sem licença prévia da autoridade policial competente, de acordo com instruções que serão baixadas pelos chefes das Polícias do Distrito Federal e dos Estados.

Parágrafo único. Os fogos das classes A, B e C só poderão ser expostos à venda devidamente acondicionados e com rótulos explicativos de seu efeito e de seu manejo e onde estejam discriminadas sua denominação usual, sua classificação e sua procedência.

Art. 11. Compete a fiscalização deste decreto-lei as autoridades policiais.

Art. 12. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de abril de 1942, 121º da Independência e 54º da República.

Getúlio Vargas  
*Vasco T. Leitão da Cunha.*  
*Eurico G. Dutra.*  
*A. de Souza Costa.*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 10.4.1942



SF/13675.94434-96